

AO PASSO QUE O PODERIO ECONÔMICO DOS BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem conquistado os holofotes das mídias local e internacional, o posicionamento desses países na defesa e promoção dos direitos humanos, especialmente com relação às políticas de desenvolvimento econômico e social, também tem tido crescente atenção global. Em 2013, as ações de advocacy da Conectas na defesa de direitos humanos dentro do contexto da política externa dos países emergentes focou em duas frentes:



Crise na Síria

Em 2013, a [crise na Síria](#) comemorou o triste [aniversário](#) de dois anos. Desde o início da crise, Conectas tem cobrado uma atuação mais firme do Brasil, como por exemplo, a [declaração conjunta](#) com demais organizações de direitos humanos ao Itamaraty. A declaração cobra um posicionamento favorável do governo brasileiro acerca do encaminhamento do caso da crise Síria ao Tribunal Penal Internacional.

Na [V Cúpula dos BRICS](#) realizada em Durban, África do Sul, em março de 2013, Conectas e organizações parceiras estavam presentes com o primordial objetivo de influenciar os governos dos BRICS. As ações de advocacy focaram em fazer com a declaração final adotada pelos governos dos BRICS contivessem recomendações sobre, por exemplo, o conflito na Síria. O endosso coletivo sobre a entrada de ajuda humanitária na Síria foi acatado na [declaração final](#) dos BRICS. O governo brasileiro informou a Conectas que o Brasil foi responsável por inserir o tema na declaração final. Mais recentemente, em fevereiro de 2014, Conectas e organizações parceiras acolheram positivamente a [Resolução 2139](#) do Conselho de Segurança da ONU. Na resolução, foi determinado o acesso humanitário desimpedido às vítimas de conflito armado interno na Síria.

Banco dos BRICS

Em setembro de 2013, durante a reunião dos G20, o [Brasil anunciou que injetaria USD 18 bilhões num fundo de reserva de USD 100 bilhões dos BRICS](#). A criação de um novo banco de desenvolvimento multilateral trouxe à tona e ressaltou a necessidade de definir os parâmetros de respeito aos direitos humanos na concessão de financiamento pelo recém criado Banco dos BRICS.



A criação do banco se fundamenta no discurso da necessidade de investir em projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países emergentes, bem como diversificar linhas de financiamento para além das oferecidas por instituições existentes, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A necessidade de investimentos em projetos de infraestrutura nos países pobres e emergentes é inegável, no entanto, o modelo de desenvolvimento atualmente adotado pelos BRICS tem um forte viés por obras grandes e complexas que produzem impactos ambientais e sociais. Esses impactos, por sua vez, têm gerado casos preocupantes de violações de direitos humanos.

Diante desse cenário, Conectas e organizações parceiras elaboraram e cobraram dos líderes dos BRICS o cumprimento de *cinco pontos mínimos* que devem ser incorporados às estratégias e políticas operacionais do Banco dos BRICS.



BANCO DOS BRICS

5 PONTOS QUE O PRIMEIRO PROJETO DO BLOCO NÃO PODE DEIXAR DE FORA

1 Diretrizes e políticas socioambientais e de respeito aos direitos humanos	2 Consulta livre, prévia e informada antes de projetos com impacto sobre a vida de povos indígenas e tribais	3 Políticas sólidas de transparência e acesso à informação	4 Mecanismo efetivo e transparente para reclamações e solução de conflitos	5 Participação da sociedade em todas as fases de formalização do banco e no ciclo dos projetos
---	--	--	--	--

Em 2014, Conectas continuará conduzindo ações de advocacy e articulando com parceiros para pressionar dos BRICS uma atuação mais responsável e protetiva aos direitos humanos em seus países, bem como um posicionamento mais firme em casos violações de direitos humanos no âmbito internacional.

